

parcialmente; e 2) Os passivos não são pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.

Quanto as contribuições previdenciárias, de acordo com o balancete da despesa por elemento de despesa o débito referente as obrigações patronais perfazem o valor de R\$ 89.421,86 (oitenta e nove mil quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos), já em relação as contribuições previdenciárias referentes ao segurado foram devidamente quitadas, sendo que os valores retidos em dezembro/2016 foram quitados no mês seguinte, qual seja, janeiro/2017.

Importa esclarecer que quanto ao débito referente a obrigação patronal está sendo pleiteado um parcelamento perante a Receita Federal, visando regularização a situação de inadimplência do Município.

No que diz respeito ao pagamento dos passivos em ordem cronológica de suas exigibilidades verificou-se que em detrimento da grave crise financeira enfrentada por todos os municípios do país, faz-se necessário, na prática, priorizar os pagamentos; já que os recursos estão escassos e os serviços a serem prestados só aumentam.

As irregularidades encontradas podem ser justificadas pela crise econômica que enfrentamos e que se instalou em todas as esferas de governo (nacional, estadual e municipal), outra justificativa é a queda absurda da receita, somada a determinação constitucional que assegura aos servidores públicos a revisão salarial anual (art. 37, inciso X, CF).

Por todo o exposto, em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam adequadamente com ressalvas a prática de atos de gestão no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Muniz Freire/ES, 13 de março de 2017.


FABÍOLA ALVES LOPES
Controladora Geral do Município
Decreto nº. 7.078/2017